

Brasília tentou

» CRISTOVAM BUARQUE
Ex-governador do Distrito Federal

A substituição do Bolsa Família pelo Auxílio Brasil faz lembrar que Brasília serviu de exemplo para um programa com impacto transformador na estrutura social, e faz perceber que a ideia inicial criada no DF se transformou em programa assistencial.

Em 1987, no Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo, da UnB, foi elaborada e divulgada a ideia de pagar às famílias pobres uma renda vinculada ao trabalho da mãe para assegurar frequência dos filhos à escola. A ideia carregava a criatividade de ao mesmo tempo mitigar a pobreza, graças à renda, e transformar a estrutura social do país ao colocar as crianças na escola. A renda reduzia a pobreza atual, a escola aboliria a pobreza futura quando as crianças crescessem educadas.

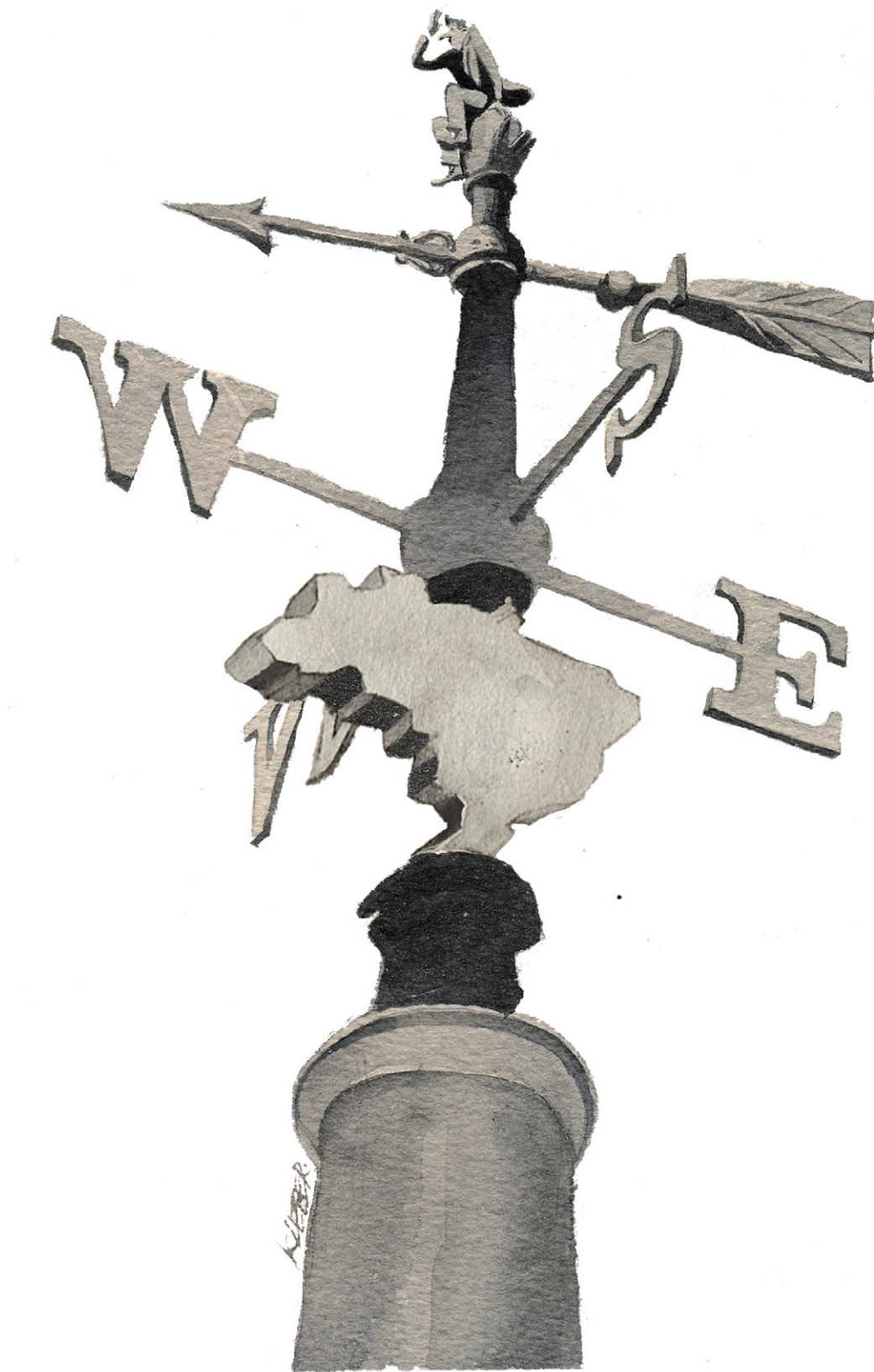
Em janeiro de 1995, a ideia surgida na UnB, se transformou em política pública do governo do Distrito Federal. Brasília inovou ao criar o programa teoricamente na UnB e levá-lo à prática de forma pioneira pelo Governo do Distrito Federal. Servindo de inspiração à prefeitura de Campinas, em São Paulo, graças ao prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, conhecido como Grama, e à cidade de Recife, graças ao prefeito Roberto Magalhães. Eleitos dois anos antes do governador do DF, eles começaram programas similares, embora sem o compromisso pleno de vinculação à educação: não adotaram a palavra “escola” nem colocaram a gestão do programa nas secretarias de educação.

O programa Bolsa Escola do DF oferecia também um prêmio pelo desempenho escolar do aluno, a Poupança Escola: valor depositado em caderneta de poupança ao final do ano, se o aluno fosse aprovado, com a retirada do depósito condicionada à conclusão do ensino médio. Se abandonasse o estudo antes, o aluno perderia todo o valor na conta.

Depois de seis anos da implantação do programa no Distrito Federal e em dezenas de outras cidades e alguns países, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso adotou o Bolsa Escola Nacional, com o mesmo caráter educacional, tanto no nome, quanto na gestão feita pelo Ministério da Educação. Revistas internacionais já divulgavam o programa de Brasília, que os organismos internacionais chamaram de “conditional cash transfer to education” — transferência de renda condicionada à educação.

O governo do presidente Lula esperou um ano desde sua posse e transformou o Programa Bolsa Escola Nacional no Bolsa Família, ampliando o número de beneficiados de quatro para 12 milhões de famílias, mas descaracterizando seu papel transformador pela educação em razão de: a) retirar a palavra “Escola”, b) levar a gestão do programa para o setor de assistência social e misturar os beneficiários, independentemente de serem famílias com crianças em idade escolar, idosos, desvalidos, portadores de deficiências. O programa ficou mais generoso, mas perdeu sua função de transformação estrutural. A prova é que, 20 anos depois de seu início no Brasil, ele continua ainda necessário, diante dos imensos bolsões de pobreza que já não deveriam existir se, desde então, todos tivessem recebido educação de base com qualidade.

Vinte e seis anos depois de iniciado no DF, o atual governo federal decide descaracterizar de vez a ideia transformadora inicial, ao tirar até mesmo a



palavra “Bolsa” e substituí-la por “Auxílio”.

Com o primeiro nome, as mães beneficiadas pensavam “recebo a bolsa porque meu filho vai à escola e graças a ela sairemos da pobreza”; com o segundo, “recebo esta bolsa porque minha família é pobre e se sairmos da pobreza perdemos o direito de recebê-la”, agora, com o terceiro nome, pensa: “recebo este auxílio por causa da tragédia da covid”.

Brasília formulou e implantou um programa transformador estruturalmente, tentou que o resto do Brasil adotasse pelo prazo de 11 anos, tempo para que

toda criança brasileira terminasse o ensino médio, fazendo a bolsa desnecessária a partir de então. Tanto quanto deixa de ser necessária a bolsa paga a um aluno universitário depois que ele conclui seu curso e se forma. Mas, 25 anos depois, em um quarto de século, a proposta que transformaria a estrutura social do país, pela educação de todas as suas crianças, foi apropriada pelo populismo e transformada em um simples programa assistencialista.

Brasília não conseguiu, mas tentou inspirar o Brasil.

É preciso interromper o governo Bolsonaro e seu balcão de negócios

» SÂMIA BOMFIM
Deputada federal (PSol-SP)

O Brasil vive um momento brutal de carestia, desemprego e fome. Esse cenário de devastação social é resultado da postura genocida de Bolsonaro frente à pandemia aliada à política neoliberal de seu governo. Diante da pior crise sanitária do século, o presidente e seus aliados relegaram o povo à miséria, intensificando a disseminação do vírus e restringindo as possibilidades de fortalecimento do auxílio emergencial.

Foi nesse contexto que Bolsonaro destinou à sua base de apoio no Congresso um orçamento secreto de 18 bilhões de reais, sem nenhum tipo de fiscalização ou transparência. Enquanto isso, ele alegava não ter dinheiro para políticas sociais, para comprar vacinas, para socorrer pacientes sem oxigênio nas UTIs de covid.

O pagamento de parlamentares da Câmara dos Deputados através da chamada “emenda do relator” (RP9) em troca da aprovação de propostas antipopulares é uma prática que denunciei desde o início do ano, quando era membra da Comissão Mista de Orçamento. Foi naquele momento que decidimos, junto com o PSol, entrar com uma ação no STF (ADPF 854) contra essa imoralidade. No último dia 5, obtivemos uma importante vitória com a concessão de liminar por parte da relatora, ministra Rosa Weber, suspendendo o uso das verbas oriundas do orçamento secreto. A maioria dos ministros votou com a relatora da ação, que além de embargar a execução dessas emendas, também determinou a ampla divulgação de documentos que justifiquem a distribuição dessas verbas no orçamento de 2020 e 2021 e a lista dos parlamentares que seriam beneficiados.

Com este recurso não fiscalizado, o chefe do Legislativo poderia manipular as emendas de acordo com a própria vontade, além de gerenciar as pautas conforme o interesse do governo na Câmara. A aprovação da PEC dos Precatórios nesta última semana também só foi viabilizada através de muita negociação com dinheiro público. A proposta significa um calote de Bolsonaro nos credores da União que venceram disputas judiciais das quais restou ao Estado arcar com o ônus da sentença. A medida, aprovada na Câmara após vários dias de debates e manobras antirregimentais, prevê um teto anual para o pagamento dessas dívidas, afetando servidores públicos, professores e profissionais da educação que esperam uma vida inteira pelo recebimento de uma dívida judicial do Estado e vão levar um calote do governo.

Com a desculpa de viabilizar o pagamento do Auxílio Brasil após a destruição do consolidado Bolsa Família, os bilhões de reais oriundos da aprovação da PEC do Calote vão turbinar o orçamento federal em ano de eleição e devem também engrossar o caldo de emendas para os parlamentares da base do governo.

Agora, sem o menor pudor, as notícias dão conta de que governistas estão buscando um caminho alternativo para seguir liberando as emendas do orçamento secreto, suspensas pelo STF. A sugestão proposta aos parlamentares é a de distribuir o dinheiro por meio dos ministérios, que receberiam as verbas antes reservadas para as emendas de relator e repassariam para os estados por meio de investimentos a serem escolhidos entre gestores municipais, estaduais e o governo federal.

A política que institucionalizou o balcão de negócios, feita por baixo dos panos, sem a menor transparência ou fiscalização, é apenas mais uma demonstração da faceta corrupta e imoral do governo Bolsonaro, que empobrece ainda mais a população brasileira. Com a família toda envolvida em esquemas de rachadinha e enriquecimento ilícito e seu governo mergulhado em denúncias de propina sobre compra de vacinas em meio a uma crise global de saúde pública, o orçamento secreto comprova que a corrupção é o modus operandi do bolsonarismo.

É nosso papel seguirmos vigilantes sobre a disputa pelo espólio do “bol-solão” após a decisão do STF e continuar denunciando os escândalos de corrupção de Bolsonaro. O impeachment, além de uma necessidade humanitária, é uma resposta necessária a quem promove tamanho esquema com o dinheiro público. Cada dia de Bolsonaro no governo é um dia a mais de corrupção e falcaturas para benefício próprio, de seus filhos e seus aliados.

Retomada da Economia Brasileira com Justiça Fiscal

» VALDIR OLIVEIRA
Superintendente do Sebrae no DF

Aristóteles dizia que devíamos tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual, na medida de suas desigualdades. Essa é a essência do conceito de isonomia previsto em nossa Constituição Federal. As empresas têm faturamentos diferentes. Por isso, a previsão constitucional, bandeira levantada pelo constituinte Guilherme Afif Domingos, do tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas brasileiras. Esse princípio norteou o tratamento tributário privilegiado conhecido como Simples Nacional, no qual as MPEs são beneficiadas com redução de sua carga tributária. Se para pessoas físicas o imposto é progressivo e há isenção para determinadas faixas de renda, não seria justo imputar para as empresas a mesma condição tributária?

Falar de micro e pequena empresa é falar da distribuição de renda e da geração de empregos no Brasil. Os pequenos negócios são responsáveis por 52% dos empregos formais e por 27% do PIB. Isso mostra que os que menos geram empregos no Brasil são os que concentram renda. Com essa crise que vivemos, em que o empobrecimento das classes de menor renda foi enorme, o resgate da economia precisa passar pelo estímulo aos pequenos negócios. Na pandemia, fecharam os pequenos negócios, mas ficaram abertas as médias e grandes redes de varejo. Enquanto mercadinhos locais foram fechados, os supermercados permaneceram abertos, concentrando o consumo da população. Assim, quebramos nossos pequenos negócios e fortalecemos as médias e grandes corporações.

O apoio oferecido pelo Estado veio na forma de crédito. Quem tinha acesso ao sistema financeiro e um bom cadastro bancário teve a oportunidade de acesso ao crédito subsidiado e com prazo longo

para pagar. Os pequenos negócios, que baixaram suas portas, não podiam ter acesso à solução creditícia porque seus cadastros não permitiam, além da incerteza do retorno de suas atividades. Mais uma vez, os pequenos negócios foram excluídos das oportunidades na pandemia. Em dois anos, esses negócios sucumbiram e muitos desapareceram.

Mas agora é hora de voltar. A retomada da economia passou a ser uma realidade com o avanço do controle sanitário. O cenário de hoje é a busca de pequenos empreendedores por oportunidades de faturamento. Precisam retomar seus negócios ou abrir novas frentes.

No ano de 2018, uma lei federal aumentou o limite de faturamento para os beneficiários do Simples Nacional, passando de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões anuais. Para que essa ampliação da faixa de isenção tenha validade no Distrito Federal em relação ao ICMS e ao ISS, é necessário uma lei distrital que implante esse mesmo benefício para as pequenas empresas brasileiras. Esse ajuste ajudará muitas pequenas empresas, com a redução de sua carga tributária, desestimulando que empresários procurem alternativas paralelas, como a criação de empresas em nome de terceiros para evitar que seus pequenos negócios sejam onerados como grandes empresas. Desonerar as pequenas empresas significa ampliar seus investimentos, trazendo como consequência a geração de empregos.

A substituição tributária é um regime de arrecadação em que o varejo, independentemente do seu porte, antecipa o pagamento do imposto de uma mercadoria que ele ainda não vendeu. Nesse regime de arrecadação, tanto a pequena quanto a grande empresa têm o mesmo tratamento tributário, recolhendo o imposto na mesma alíquota,

ainda que sejam optantes pelo simples. O poder de compra de uma grande empresa possibilita a oportunidade de barganha para negociação de preço que uma pequena empresa não tem. Assim, o preço final de uma grande empresa acaba sendo mais vantajoso que o de uma pequena, tirando a condição de concorrência dos menores, porque comprarão mais caro e pagarão a mesma alíquota dos grandes. O governo define os produtos que serão incluídos no regime de substituição tributária e, ao fim e ao cabo, este regime permite que as empresas mais ricas tenham mais vantagem competitiva, em detrimento das mais pobres.

A retomada da nossa economia não pode ser realizada com excessiva oneração tributária daqueles que geram emprego e promovem a distribuição de renda. Não se faz desenvolvimento com geração de emprego e distribuição de renda sem o estímulo aos pequenos negócios. É hora de nos inspirarmos em Aristóteles e no princípio da isonomia. Precisamos tratar as micro e pequenas empresas de forma desigual em relação as médias e grandes empresas e na medida de suas desigualdades. O governo precisa rever a substituição tributária e ampliar o faturamento para enquadramento das empresas aos novos limites do Simples Nacional.

Está na hora de o governo ajudar quem seguiu os empregos nesta pandemia e quem sofreu com a exclusão empresarial em decorrência do lockdown, para implantarmos a justiça fiscal na retomada da nossa economia. Ser justo com as pequenas empresas é dar a elas a proteção necessária para que possam concorrer em um mercado dominado pelo poder das grandes empresas. Ser justo é apoiar os micro e pequenos empresários brasileiros, os grandes heróis desta pandemia.